

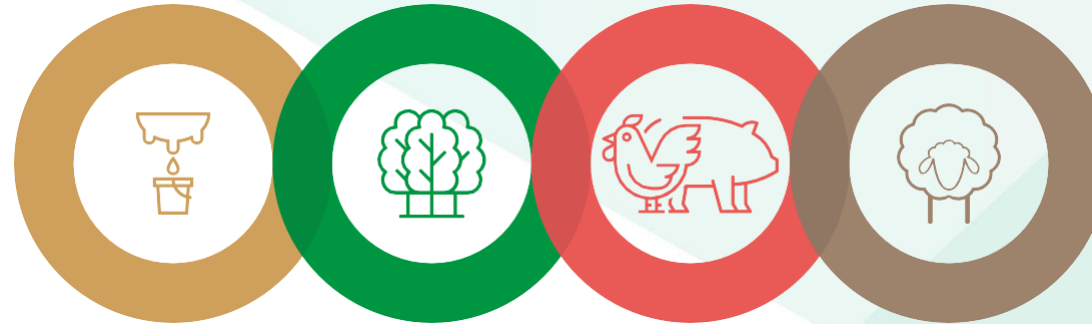
REPRESENTATIVIDADES- SISTEMA FAMASUL



MEIO AMBIENTE

APICULTURA

BOVINOCULTURA
DE CORTE



BOVINOCULTURA
DE LEITE

FLORESTA S
PLANTADAS

SUÍNOS E
AVES

OVINOCULTURA



HORTICULTURA

PISCICULTURA

GRÃOS



PRINCIPAIS REPRESENTAÇÕES

ÁREAS TRANSVERSAIS

- 1. CEIF/FCO - Conselho Estadual de Investimentos Financiáveis pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (SEMAGRO);**
- 2. Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA;**
- 3. Câmara Temática de Crédito, Comercialização e Seguros do Agronegócio (MAPA);**
- 4. CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMAGRO);**
- 5. Comitê Gestor do Plano Estratégico Estadual do PNEFA – 2017 a 2026 (MAPA);**
- 6. CONCEN - Conselho de Consumidores da Área de Concessão da Energisa MS;**
- 7. GTE - Grupo de Trabalho Econômico da CNA;**
- 8. Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA.**

CEIF/FCO - Conselho Estadual de Investimentos Financiáveis pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (SEMAGRO)

O que é?

Órgão colegiado de deliberação, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).

Funções

Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, por meio da aplicação dos recursos tributários definidos em programas de financiamento aos setores produtivos.

Participação

Constituído por representantes de órgãos governamentais e de entidades das classes produtoras e trabalhadoras, que analisam e aprovam as cartas-consulta de financiamento do Banco do Brasil S.A. e cooperativas de Crédito e BRDE, e monitoram as aplicações dos recursos.

Deliberações mais relevantes

- Lei 13.986/2020 - MP do Agro abriu caminho para cooperativas de crédito operarem recursos do FCO;
- CEIF/FCO manteve a regra para apresentações de projetos e disponibilizou R\$ 2 bilhões em 2020;
- 2018 e 2019 - MS atingiu 100% de contratações no FCO;
- Em 2018 - Condrel/Sudeco ampliou financiamento do FCO para aquisição de matrizes suínas;
- Em 2018 - Conselho do FCO aprovou aumento no financiamento de retenção de matrizes bovinas no Pantanal, investimentos em piscicultura e ampliação da cadeia produtiva de suínos no Estado;
- Em 2016 - Governo MS assinou acordo entre BB e Sistema S para liberar recursos do FCO Rural e Empresarial;
- Em 2016 - Famasul participou como membro do Condrel/Sudeco.



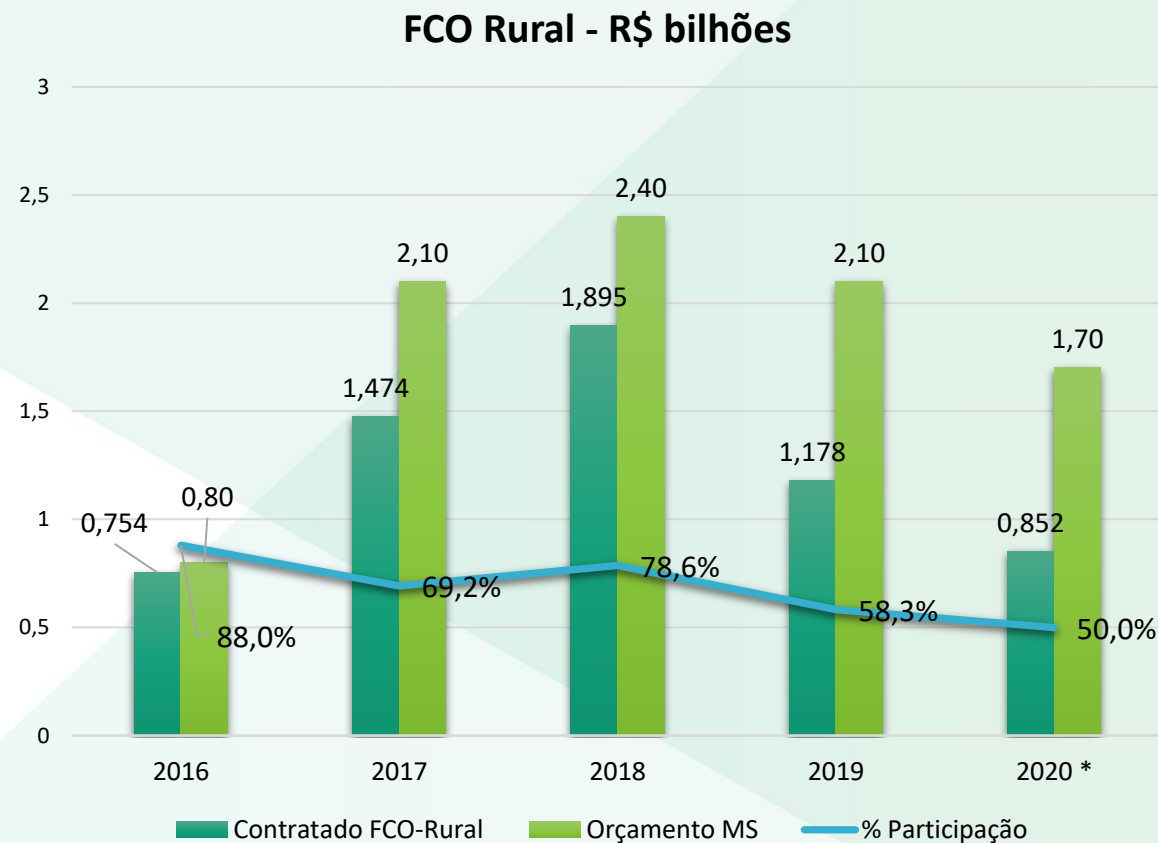
CEIF/FCO - Conselho Estadual de Investimentos Financiáveis pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (SEMAGRO)

FCO Rural - R\$ bilhões

Ano	Orçamento MS	Contratado FCO-Rural	%
2016	0,800	0,754	88,0%
2017	2,100	1,474	69,2%
2018	2,400	1,895	78,6%
2019	2,100	1,178	58,3%
2020 *	1,700	0,852	50,0%

* Previstos para 2020.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) - CONDEL/SUDECO - CEIF/FCO.



Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA

O que é?

Órgão colegiado de deliberação, vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil .

Funções

Discutir as principais questões de política agropecuária no país e viabilizar ações de fortalecimento do setor no que se refere à operacionalização dos instrumentos de política agropecuária, propondo o aperfeiçoamento dos instrumentos.

Acompanhamento da execução dos instrumentos de política agrícola, liberação de recursos oficiais para custeio, investimento e comercialização, taxas de juros praticadas, aquisição e liberação de estoques públicos, taxas praticadas para o seguro rural, renegociação de dívidas.

Participação

Constituída por representantes das Federações de Agricultura e Pecuária e de entidades de classe ligadas ao setor agropecuário.

Deliberações mais relevantes

- Representação dos produtores em audiências públicas, câmaras temáticas, comissões técnicas e grupos de trabalho;
- Monitoramento de práticas abusivas, como venda casada e mix de juros na contratação do crédito rural;
- Elaboração da proposta e sugestões do setor produtivo agropecuário para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para CNA;
- Em 2017 – Realização do Workshop Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018, conduzido pelo Sistema Famasul e Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA;
- O Plano Agrícola e Pecuário ajuda produtores rurais (familiares e empresas) a custearem a safra e a investir.



Câmara Temática de Crédito, Comercialização e Seguros do Agronegócio (MAPA)

O que é?

Órgão colegiado de deliberação, criado pela Portaria nº 56, de 8 de março de 2006, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em função do forte crescimento do agronegócio e da necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos tradicionais de crédito, comercialização e seguro rural, objetivando a garantia de renda ao produtor.

Participação

Constituída por instituições públicas e privadas.

Funções

Criar um espaço democrático para a discussão do financiamento e do seguro rural, instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento do setor agropecuário; sugerir ações para o Governo e o setor privado; instituir um elo entre diversos pontos da cadeia para construção de propostas de solução para questões conjunturais e estruturais relacionadas ao agronegócio brasileiro.

Deliberações mais relevantes

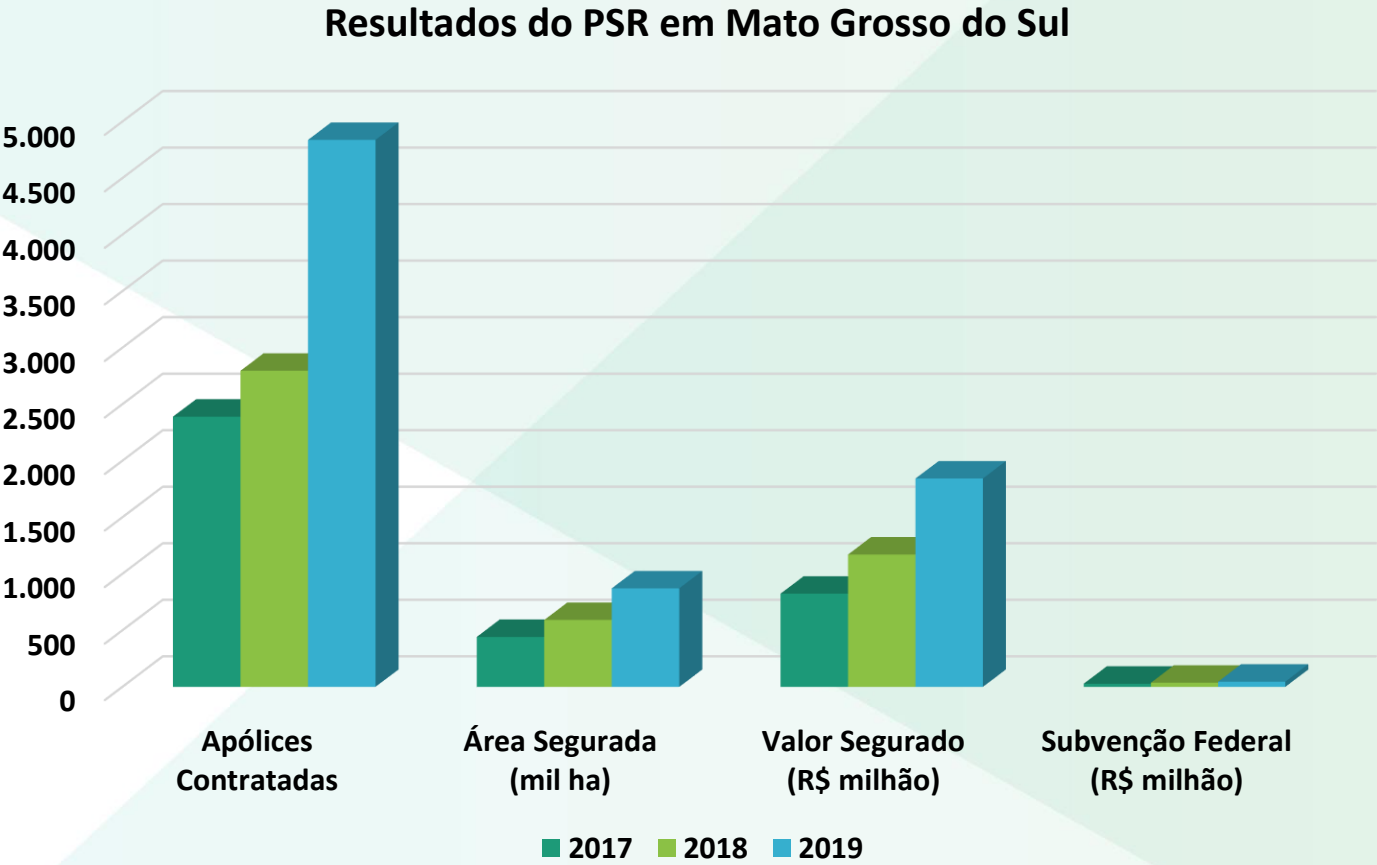
- Validação anual dos trabalhos do Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC;
- Em 2019 - lançado o Programa Agro Gestão Integrada de Riscos – AGIR, para a reestruturação e aperfeiçoamento das ações do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), Garantia-Safra e Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC);
- Desde 2018 - participação na Primeira Turma de Julgamento Regional – 1ª TJR-CER/PROAGRO;
- Em 2016 – publicada a 1ª versão do Guia de Seguros Rurais, com revisão e ampliação em 2019.



Resultados do PSR em Mato Grosso do Sul

Ano	Apólices Contrata das	Área Segurada (mil ha)	Valor Segurado (R\$ milhão)	Subvenção Federal (R\$ milhão)
2017	2.390	441,84	824,35	27,54
2018	2.796	591,95	1.170,78	36,89
2019	4.838	871,18	1.842,88	46,08
Variação 2017 x 2019	102,4%	97,2%	123,6%	67,3%

Fonte: MAPA – PSR Relatório Geral 2019.



CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEMAGRO)

O que é?

órgão colegiado de deliberação coletiva e está vinculado à SEMAGRO.

Funções

Identificação, planejamento e execução de ações em prol do desenvolvimento das cadeias produtivas, valorização da população rural, sua permanência no campo e o fortalecimento da agricultura familiar; incentivo à manutenção e recuperação dos recursos naturais; promove articulações com o MAPA, assim como com as Secretarias de Estado, órgãos públicos e privados; orienta os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e credencia empresas para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito das atividades da agricultura familiar.



Deliberações mais relevantes

- Homologação de convênio de R\$ 22 milhões para aquisição de maquinários e implementos agrícolas com foco em diversos municípios do estado, para fomentar a agricultura familiar;
- Aprovação de compra de propriedade rural para implantação de projeto de assentamento rural para beneficiar 48 famílias;
- Credenciamento junto ao SIATER e ANATER de empresas públicas e privadas para prestação de assistência técnica e extensão rural em MS;
- Articulação para que os beneficiários do crédito fundiário sejam considerados prioridade, assim como já são os assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas.
- Soluções junto à Energisa para buscar resolver os problemas na transmissão de energia elétrica na zona rural.

Comitê Gestor do Plano Estratégico Estadual do PNEFA – 2017 a 2026 (MAPA)

O que é?

Órgão colegiado consultivo, vinculado à SEMAGRO.

Funções

Elaboração do Plano Estratégico Estadual para Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; produzir e disponibilizar relatórios periódicos sobre o cumprimento das metas previstas; monitorar a execução e a disponibilidade dos recursos financeiros e difundir as ações do Plano Estratégico para toda a sociedade.



Deliberações mais relevantes

- Implementação do Programa de Atualização do Cadastro da Agropecuária e do Estoque de Bovinos e Bubalinos – PROACAP;
- Realização do 1º e 2º Fórum Estadual do Plano Estratégico do PNEFA, em 29/08/2018 e 31/07/2019, na FAMASUL. Participação no 3º Fórum, em 17/06/2021 (evento virtual);
- Elaboração do Fundo Privado de Sanidade Animal;
- Elaboração e execução do Programa de Educação Sanitária e Saúde Animal, com a capacitação de 506 produtores e técnicos do setor;
- Implementação da Reserva Financeira para as Ações de Defesa Sanitária Animal – REFASA, através do Decreto nº 14.778 de 06 de julho de 2017. Atualmente o fundo possui R\$ 8.645.362,94, sendo 65% dos valores para indenização e 35% para ações de defesa;
- Etapas do plano estratégico: 43 ações – 7 não se aplicam, 19 em andamento, 10 concluídas e 07 não iniciadas.

CONCEN - Conselho de Consumidores da Área de Concessão da Energisa MS

O que é?

Órgão sem personalidade jurídica, de caráter consultivo.

Funções

Opinar sobre assuntos relacionados à prestação do serviço público de energia elétrica. Tem entre as suas competências manifestar-se formalmente a respeito das tarifas e da qualidade do fornecimento de energia elétrica da respectiva distribuidora; cooperar com a distribuidora e estimulá-la no desenvolvimento e na disseminação de programas educativos destinados à orientação dos consumidores sobre a utilização da energia elétrica, esclarecendo-lhes sobre seus direitos e deveres; acompanhar a solução de conflitos que envolvam a coletividade de uma ou mais classes de unidades consumidoras; conhecer e acompanhar a evolução da legislação e da regulamentação do setor de energia elétrica; divulgar, com a colaboração da distribuidora, os assuntos de interesse do consumidor.



Deliberações mais relevantes

- Participação continua na mídia (TV, Internet, Rádio) orientando o consumidor para o uso consciente da energia;
- Apoio no cadastramento de famílias de baixa renda para subsidio na conta de energia;
- Promoção de debate e levantamento de demandas nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Porto Murtinho e Rio Verde de Mato Grosso, sobre a universalização rural no Pantanal;
- Manifestação junto à distribuidora sobre a qualidade dos serviços prestados às classes consumidoras;
- Acompanhamento e posicionamento crítico em relação aos processos de reajuste e revisão tarifária.



GTE - Grupo de Trabalho Econômico da CNA

O que é?

Órgão colegiado de deliberação, Constituído pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e coordenado pelo Núcleo Econômico da CNA.

Funções

Fornecer o suporte técnico às Comissões e à Diretoria Executiva da CNA no que se refere aos indicadores do agronegócio brasileiro e à orientação da política agropecuária no Brasil, monitorando a política macroeconômica (fiscal, monetária, tributária, cambial, comercial, de rendas) no país e os seus impactos sobre o setor agropecuário nacional.



Deliberações mais relevantes

- Declaração do Imposto Territorial Rural (ITR): pontuando a importância do produtor acompanhar a definição do Valor da Terra Nua (VTN) pelos municípios para mitigar possíveis impactos no ato da declaração do imposto;
- Livro Caixa Digital de produtor rural (LCDPR): apresentação de sua implantação, reforçando os prazos e para qual limite de receita a obrigação se aplica;
- Convênio 100/1997: alerta sobre a necessidade de articulação nos estados para a prorrogação do convênio que trata da redução da base de cálculo do ICMS sobre os insumos agropecuários;
- Reforma Tributária: discussão e apresentação dos principais pontos de atenção que podem impactar a agropecuária;
- Lei Kandir (1996) – regulamenta a arrecadação do ICMS: alerta para a necessidade de monitorar a proposta que tramita no Congresso Nacional com o objetivo de revisar a Lei ou revogá-la, principalmente no item que isenta as exportações de ICMS.

Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA

O que é?

Órgão colegiado de deliberação coletiva, integrante da Coordenação de Assuntos Estratégicos da Superintendência Técnica (SUT) da CNA.

Funções

Reduzir ameaças ao direito de propriedade e entraves à regularização fundiária dos imóveis rurais, que oneram o setor produtivo; corroborar com maior segurança jurídica aos empreendimentos agropecuários, além de promover articulações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e aos demais órgãos e entidades do setor.

A principal atividade é subsidiar e apresentar à Diretoria da CNA propostas sobre diversos temas relativos ao direito de propriedade e de segurança jurídica dos empreendimentos agropecuários. Para tanto identifica, analisa, estuda, monitora e elabora notas e pareceres sobre todo e qualquer processo pertinente à garantia do direito de propriedade.

Deliberações mais relevantes

- Direito de propriedade e à propriedade - Desapropriações e expropriações de terras;
- Política agrária; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Programa de reforma agrária;
- Regularização fundiária das ocupações da Amazônia Legal (Programa Terra Legal); na faixa de fronteira (ratificação de títulos de propriedade); de terrenos marginais de rios federais;
- Demarcação de terras indígenas e Titulação de terras para remanescentes das comunidades quilombolas;
- Certificação georreferenciada de imóveis rurais e Cadastro Nacional de Imóveis Rurais;
- Aquisição de terras por estrangeiros;
- Conflitos fundiários.





FAMASUL
SENAR